



BANCO DO SUL

Uma perspectiva de integração desde os povos





INDICE

1. O que é o Banco do Sul	02
2. A importância de um outro banco de fomento ao desenvolvimento	02
3. O que está em jogo nas negociações	03
4. Quadro: Pontos de conflito entre os diferentes governos do Banco do Sul.	04
5. O que queremos	05
6. A IIRSA: não é essa a integração que queremos que o Banco do Sul financie .	07
7. O que o Banco do Sul tem a ver com o BNDES	07
8. O que podemos fazer	08





■ O que é o Banco do Sul

Em fevereiro de 2007, Argentina e Venezuela – e pouco depois Bolívia, Equador e Paraguai - fecharam um acordo para criar um banco de financiamento ao desenvolvimento dos e para os países do Sul: o Banco do Sul. No dia 3 de maio, durante uma reunião entre o presidente do Equador e os ministros de Economia, Finanças e Fazenda da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Venezuela e Equador, o Brasil afirmou oficialmente que estaria se integrando ao processo. No dia 25 de junho, Uruguai, até então o único país do Mercosul que não fazia parte da iniciativa, decidiu participar ativamente da criação do Banco do Sul. Outros países como Chile e Colômbia também mostraram interesse, participando de algumas reuniões como observadores. Durante a reunião do dia 3 de maio realizada na cidade de Quito, Equador, foi aprovada a “Declaração de Quito” expressando o acordo entre os ministros em desenhar uma nova arquitetura financeira para a América do Sul visando o fortalecimento do continente na globalização financeira e comercial e priorizando as necessidades básicas do povo Sul-americano. Além de dar prioridade à criação do Banco do Sul como banco de fomento ao desenvolvimento definindo assim seus objetivos, funções, gestão, regime de capital (origem e valor dos recursos) e cronograma, os ministros concordaram em:

- 1) analisar a possibilidade de criação de um Fundo de Estabilização para ajudar os países em momentos de crise;
- 2) avançar no desenvolvimento de um sistema monetário regional que poderia iniciar-se através do comércio bilateral em moedas domésticas, a exemplo da Argentina e Brasil, para depois criar uma moeda comum da região;
- 3) convidar todos os países da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) para se incorporarem à iniciativa.

No entanto, as negociações até agora avançaram apenas no que diz respeito ao banco de fomento. Seu lançamento já foi adiado duas vezes por falta de consenso em torno de algumas questões que podem determinar que desenvolvimento esse banco vai financiar e agora está previsto para o dia 9 de dezembro de 2007 em Buenos Aires, Argentina. A partir do dia 9 de dezembro, os países membros do Banco terão 60 dias para elaborar seus estatutos, definindo assim objetivos, funcionamento e estrutura.

■ A importância de um outro banco de fomento ao desenvolvimento

O modelo atual de financiamento ao desenvolvimento implementado através de instituições financeiras multilaterais (IFMs) como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem levado os países da América Latina, Caribe e do Sul em geral, a um círculo vicioso de dependência financeira e política gerando mais empobrecimento, desigualdades e destruição do patrimônio social, ambiental e cultural.

A base desse modelo predatório tem sido o uso de condicionalidades aos empréstimos para garantir a implementação de políticas neoliberais que promovem a



liberalização comercial e financeira, desregulamentação total das economias, privatização dos serviços público e a diminuição do papel do Estado enquanto provedor do bem-estar social subordinando-o aos interesses do setor privado. Essas políticas usam o endividamento público para garantir a transferência de capital dos países “tomadores” de empréstimos para os chamados “credores” e o fortalecimento do papel das transnacionais como “donas” e gestoras de todos os serviços essenciais para o desenvolvimento de qualquer nação como educação, saúde e previdência, dos territórios e recursos naturais. Além de não ter gerado o tão prometido crescimento econômico, não ter desenvolvido nada ou integrado nada a nada, esse modelo ilegítimo tem criado uma dívida ecológica, histórica, social e cultural impagável e irrecuperável.

Assim sendo, o Banco do Sul poderá ser um mecanismo público de financiamento de um desenvolvimento e integração de forma soberana, autônoma e socioambientalmente justa, controlado pelos países do Sul, capaz de incentivar a solidariedade e complementaridade entre seus membros, superando as assimetrias e desigualdades e a dependência da região às instituições financeiras multilaterais como Banco Mundial e o BID. É uma oportunidade importante de reconquista da nossa soberania, de garantia de uma segurança externa e do fortalecimento do processo de integração regional.

Essa é uma oportunidade inédita para a sociedade civil influenciar a criação dessa instituição, principalmente no que diz respeito ao tipo de desenvolvimento que esse Banco poderá promover através dos seus financiamentos.

Desta forma, é preciso garantir que o Banco do Sul seja de fato democrático, econômico e socioambientalmente justo. Acima de tudo, o Banco do Sul não pode reproduzir o modelo das atuais IFMs que servem como instrumento de implementação dos interesses colonizadores dos EUA e Europa e do grande capital nacional e internacional. Caso contrário será apenas mais um banco. Ele deve constituir-se como um instrumento do desenvolvimento dos países e das populações, orientando seu financiamento às necessidades nacionais e regionais.

■ O que está em jogo nas negociações

O maior problema em relação à criação do Banco do Sul tem sido a falta de transparência e participação da sociedade civil no processo de construção e elaboração do que será o Banco. Esse é um problema grave porque propostas autônomas de financiamento ao desenvolvimento da América Latina e Caribe só podem ter sucesso sendo construídas de forma coletiva, contando com as contribuições de organizações e movimentos sociais. As poucas informações divulgadas em relação às negociações que estão ocorrendo entre os governos aumentam a necessidade de organizações e movimentos sociais incorporarem esse debate para influenciarem no processo. Abaixo encontram-se os principais pontos de conflito entre os países:





Quadro: Pontos de conflito entre os diferentes governos do Banco do Sul

Propósito: um banco do Sul para quê e para quem?	
Financiar mega projetos de infra-estrutura através principalmente da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e monoculturas de agrocombustíveis. (Governos do Brasil, Argentina e Venezuela)	Financiar a soberania alimentar, soberania energética, medicamentos genéricos, pesquisa e desenvolvimento, infra-estrutura local, microfinanças (Governo do Equador).
Volume de recursos	
Mesmo volume de recursos de todos os membros ou quanto mais recursos mais poder. (Governos do Brasil, Argentina e Venezuela)	Volume de recursos proporcional às economias dos países membros sem que isso afete o poder de decisão. (Governos do Equador, Bolívia, Paraguai e Uruguai)
Sistema de poder	
Um dólar – um voto: poder de decisão proporcional aos recursos investidos no Banco conforme modelo das IFMs (Governos do Brasil, Argentina e Venezuela). No último encontro, Brasil e Argentina levantaram a possibilidade de se ter um sistema duplo de poder. Nesse caso, os governadores do Banco (os países) teriam o mesmo poder de voto “político” independentemente dos recursos investidos, mas o poder dos diretores executivos (responsáveis pelas decisões cotidianas) seria proporcional ao capital investido. Isso provavelmente daria mais poder para países como Brasil, Argentina e Venezuela reproduzindo a lógica desigual das IFMs. Os países podem também decidir por um sistema de poder baseado em um país um voto exigindo em troca, de forma injusta, o mesmo capital de todos.	Um país – um voto: um sistema de poder igualitário independentemente do valor investido, que deve levar em conta a situação econômica de cada país. (Governos do Equador, Bolívia, Paraguai e Uruguai).
Gestão	
Imunidade para funcionários, documentos privados. (governos da Argentina e Venezuela)	Quebra de imunidade para funcionários, documentos públicos, participação da sociedade civil e realização de auditorias externas. (Governo do Equador)
Fonte do capital	
Captação de recursos através do mercado de captais e recursos das IFMs. O governo Brasileiro “parece” defender recursos do mercado que têm as “garantias” necessárias. A proposta de todos os governos é que as IFMs possam investir no Banco embora não tendo poder de voto.	Reservas internacionais, taxas globais e doações. (Governo do Equador). Essa proposta supera a dependência com relação aos mercados que no caso das IFMs, por exemplo, permite justificar a rentabilidade acima de qualquer custo.
Países membros	
Só América do Sul. (Governo Brasileiro)	América Latina e Caribe e outros países do Sul.



Além desses pontos de conflito, existem questionamentos em relação às outras propostas que precisam ser discutidos com a sociedade, por exemplo:

- O que está sendo proposto em relação ao fundo de estabilização e ao sistema monetário regional? O que significa isso para as populações e quais seus possíveis impactos?
- Será criada uma só instituição que ao mesmo tempo vai ser um banco de fomento e um fundo de estabilização? Não são funções diferentes?
- Que outras estruturas de governança serão implementadas para garantir participação igualitária e evitar o uso político dos recursos por parte dos países com maiores reservas na região?
- Como será a relação do Banco do Sul com os acordos financeiros internacionais já existentes?
- Como será a relação do Banco do Sul com as Instituições Financeiras Multilaterais? Será de dependência, subordinação e parceria ou o Banco vai construir um sistema financeiro transformador buscando a saída dessas instituições e de suas políticas, dos países do Sul?

■ O que queremos:

- Que o Banco promova a justiça socioambiental e os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais em todas as instâncias – tanto nos projetos financiados como no funcionamento do próprio Banco - e reconhecimento e reparação das dívidas ecológicas, sociais, culturais e históricas. O Banco do Sul solidário precisa reparar e superar o que anos de colonização, imperialismo e o capitalismo causou e continua causando aos povos do Sul e ao meio ambiente e não apenas evitar ou mitigar impactos;
- Que o Banco promova a igualdade regional, de gênero, raça, etnias e gerações, interna e externamente. Desta forma o Banco deverá ter uma cláusula inclusiva para cada financiamento aos países, a fim de que os projetos apresentados considerem essas dimensões e adotem medidas de ação afirmativa internamente;
- Que os financiamentos deverão considerar questões internas de cada país. O Banco deverá priorizar apoios aos países em situação de maior vulnerabilidade desde que considere as desigualdades internas, evitando o controle desses recursos por parte das grandes empresas e/ou elites locais;
- Que o Banco proíba a imposição de condicionalidades –implícitas ou explícitas – que têm servido como um instrumento de controle e violação de soberania;
- Que seja evitada a acumulação de novas dívidas que possam impor a transferência negativa de capital entre os países;
- Que o Banco tenha um código de conduta que garanta a justiça financeira e socioambiental dos países que acessarem crédito e do próprio Banco;
- Que o Banco tenha uma cláusula que vincule o crédito ao respeito e promoção dos direitos humanos;
- Que o Banco promova a integração social e cultural dos países sem deixar de resguardar a autonomia de cada um para decidir sobre suas relações com o Banco;
- Que o Banco defina metas anuais e também plurianuais para atender demandas



históricas de nossa região, como por exemplo;

- metas para sanear 100% das residências urbanas e rurais da América do Sul;
 - garantia de escola pública, gratuita e de boa qualidade a todas as crianças da região;
 - financiamento a políticas públicas de soberania e segurança alimentar e nutricional a cada pessoa da região que delas necessite;
 - financiamento da reconstrução da capacidade produtiva de nossos países, com vistas ao atendimento de todas essas demandas.
- Que tenha uma política de informação que seja transparente e acessível possibilitando o monitoramento de suas operações por parte da sociedade civil;
 - Que garanta espaços institucionais (e também não institucionais) de participação efetiva, ampla e diversificada dos movimentos sociais e organizações populares na definição das estratégias e políticas, na elaboração de critérios de financiamento do Banco e na definição dos créditos;
 - Que permita a realização de auditorias externas de suas políticas, empréstimos e funcionamento interno;
 - Que os diretores de todos os países no Banco deverão apresentar prestação de contas periódicas de suas ações a sociedade civil e aos seus respectivos parlamentos, garantindo o direito dos parlamentares de sabatinarem os expositores;
 - Que não permita imunidade aos seus funcionários. É importante que os funcionários sejam responsabilizados por problemas relacionados à determinados projetos.
 - Que tenha um processo decisório igualitário para que o Banco não seja dominado pelos países mais ricos da região. Para isso o voto tem que ser por país e não pelo valor das cotas. As contribuições financeiras devem considerar as condições específicas de cada país, mas isso não deve afetar o poder de voto;
 - Que proíba a possibilidade de ter como acionistas as Instituições Financeiras Multilaterais, mesmo sem poder de voto, já que o recurso doado normalmente permite influência política. Isso deve valer também para países do Norte que têm historicamente atuado de forma perversa em nossos países sendo devedores de enormes dívidas históricas, ecológicas e sociais aos países do Sul.
 - Que o processo de escolha de candidatos à presidência e outros cargos chaves do Banco que seja democrático - passando por um amplo processo de consulta aos legislativos e a sociedade civil de cada país.

Para concluir, o Banco do Sul precisa ser baseado em uma lógica que não seja dominada por critérios financeiros, mas sim de complementaridade, reciprocidade e solidariedade a partir de outras estratégias de desenvolvimento diferente das políticas neoliberais e desenvolvimentistas. O Banco não pode condicionar o acesso a crédito a projetos essencialmente rentáveis, a indicadores macroeconômicos ou a contratação de determinadas empresas a serem executoras dos projetos. Assim sendo, o Banco não deve apoiar os projetos de liberalização comercial, financeira e privatizações (ou as Parcerias Público-Privado - PPPs) propostos e apoiados pelas IFMs como por exemplo, a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA).



Pelo contrário, o Banco deve servir como instrumento capaz de resistir e superar os impactos negativos da globalização econômica e política apoiando o desenvolvimento interno e regional autônomo, recuperando o papel do Estado como provedor do bem-estar socioambiental de forma a transformar a região.

■ A IIRSA: não é essa a integração que queremos que o Banco do Sul financie

A Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA) é um plano firmado pelos doze governos dos países da América do Sul para integrar a infra-estrutura dos setores de transportes, energia e telecomunicação. Além da integração da infra-estrutura regional, a IIRSA também objetiva a “harmonização” das políticas, planos e sistemas reguladores e institucionais entre os Estados. A implementação da IIRSA é coordenada pelos doze países e por três Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs): o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil também financia alguns projetos. A carteira de projetos da IIRSA envolve 335 projetos (289 de transporte, 40 de energia e 6 de telecomunicações). A IIRSA é uma política de reforma estrutural baseada na necessidade de extração de recursos e criação de uma base física para as corporações transnacionais expandirem suas atividades e controlar os territórios e recursos estratégicos como as fontes de energia, água e biodiversidade completando assim o círculo vicioso de endividamento financeiro, social e ecológico.

■ O que o Banco do Sul tem a ver com o BNDES:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um banco estatal criado em 1952 com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O Banco não só investe em empresas públicas e privadas e financia projetos de investimento como também participa ativamente na formulação de políticas públicas nacionais e na estruturação de diversos aspectos das relações econômicas externas do País, investindo volumes crescentes em países vizinhos. Atualmente o BNDES incorpora em sua missão, o objetivo estratégico de atuar como uma instituição financeira da integração Sul-americana através do financiamento da exportação de bens e serviços brasileiros e de investimento direto de empresas brasileiros no exterior. Desde 1997, o BNDES desembolsou US\$ 2.588.749 mil para projetos, na sua maioria megaprojetos de infra-estrutura que causaram impactos socioambientais e promoveram a exportação do capitalismo brasileiro, representando assim, outro mecanismo de endividamento ilegítimo. O BNDES também vem participando das negociações em torno do Banco do Sul. Isso nós leva a questionar se o BNDES servirá como modelo para o Banco do Sul e se o governo Brasileiro deixará de investir financeira e politicamente no Banco do Sul pois já conta com seu instrumento de financiamento que cumpre seus interesses na região.



■ O que podemos fazer:

Precisamos garantir que os governos envolvidos com a construção do Banco do Sul respeitem e promovam o direito básico da sociedade à informação e a participação. Essa participação precisa ser qualificada, assim sendo o primeiro passo é levar esse debate para dentro de cada organização e movimento. Abaixo seguem algumas propostas de atividades:

- Realizar debates, oficinas em cada organização e movimento social sobre a importância desse Banco e da sociedade civil se apropriar de sua criação;
- Realizar audiências públicas cobrando dos governos transparência e participação;
- Cobrar reuniões com os Ministérios da Fazenda/Economia e Relações Exteriores;
- Disseminar informações sobre o Banco e as demandas da sociedade civil na sociedade em geral e nos meios de comunicação;
- Assinar as cartas aos presidentes sobre o Banco do Sul.

Para mais informações:

www.rbrasil.org.br

www.jubileubrasil.org.br

www.jubileosuramericas.org



**Publicação: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais,
Jubileu Sul Brasil e Jubileo Sur/Américas**

Texto: Fabrina Furtado

Revisão: Magnólia Said, Gabriel Strautman, Luciana Badin, Rosilene Wansetto

Capa: Lilian Silva

Diagramação: Lilian Silva

**Partes deste livro pode ser
utilizada ou reproduzida citando a fonte.**

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

SCS Qd. 08 - Ed. Venâncio 2000 - Bloco B-50

4º andar - Salas 415/417

70333-970 - Brasília - DF - Brasil

Tel: + 55 61 3321-6108 / 3323-1266

Fax: + 55 61 3321-2766

www.rbrasil.org.br

Rede Jubileu Sul Brasil

Rua Abolição, 227 - 2º andar, Bela Vista

CEP 01319010 - São Paulo

Tel (11) 3112-1524 Fax: (11) 3105-9702

www.jubileubrasil.org.br/

JUBILEO SUR/Américas

Secretaria Regional:

Piedras 730, (1070) Buenos Aires

T/F +5411-43071867

keeneba@wamani.apc.org

jubileosur@wamani.apc.org

www.jubileosuramericas.org

www.jubileesouthamericas.org

www.jubileesouth.org